



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

106  
6

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0072353-5

AGRAVANTE: Estado de Pernambuco (Fazenda Estadual)

AGRAVADO: Espólio de Severino Cândido de Amorim

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

**EMENTA:** AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL, CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO (ICD). APLICAÇÃO DA ALÍQUOTA PROGRESSIVA PREVISTA NA LEI ESTADUAL Nº 11.413/96 TÃO SOMENTE EM RELAÇÃO AO VALOR DOS BENS TRANSMISSÍVEIS (INDEPENDENTEMENTE, PORTANTO, DO GRAU DE PARENTESCO DO SUCESSOR PARA COM O SUCEDIDO). JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ALINHAMENTO À DIRETRIZ JURISPRUDENCIAL EMITIDA PELO STF. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. O relator ressalva o seu entendimento pessoal no sentido de que o ICD não comporta fixação de alíquotas progressivas, visto que os valores dos bens tributáveis (objeto de transmissão sucessória ou doação) não guardam *nenhum vínculo de pessoalidade* para com os respectivos adquirentes, não expressando, portanto, a *capacidade contributiva do contribuinte* (conceito que se tem por correlato à *pessoalidade* de que trata o art. 145, § 1º, da Constituição), mas apenas, o *valor dos bens transmissíveis em si mesmos considerados*, sem qualquer nota de pessoalidade. 2. Todavia, o Supremo Tribunal, em sede de Recurso Extraordinário submetido ao regime de *repercussão geral* (RE-RG 562.045), admitiu a *constitucionalidade* do regime de *alíquotas progressivas* para o ICD. 3. A diretriz emanada do STF não acarreta a automática legitimação *de toda a legislação estadual* objeto da controvérsia. 4. Isso porque, no caso de Pernambuco, a norma em debate estabeleceu a progressividade com suporte fático *não apenas no valor dos bens transmissíveis*, mas também no *grau de parentesco* dos sucessores. 5. Nessa segunda vertente, *mesmo à luz dos fundamentos adotados pela corrente majoritária no STF*, tem-se por inadmissível a referida progressividade de alíquotas, posto que o grau de parentesco *nem atenua nem potencializa a capacidade contributiva* imputável ao sucessor adquirente. 6. Assim, no âmbito do Estado de Pernambuco, e no tocante aos fatos geradores ocorridos na vigência da Lei Estadual nº 11.413/96 (ou seja, até 31 de dezembro de 2000, por força da edição da Lei Estadual nº 11.920, de 29.12.2000, que instituiu a alíquota única de 5%), deve-se aplicar a alíquota progressiva considerando-se *tão somente o valor dos bens transmissíveis*, independentemente do *grau de parentesco* do sucessor para com o *de cujus*, da seguinte forma: (i) até 10.000 UFIRs, aplica-se a alíquota de 4%; (ii) de 10.001 a 50.000 UFIRs, aplica-se a alíquota de 6%; e (iii) de 50.001 UFIRs em diante, aplica-se a alíquota de 8%. 7. Agravo de Instrumento parcialmente provido, em ordem a determinar a aplicação da alíquota progressiva prevista na Lei Estadual nº 11.413/96 especificamente no tocante à sucessão de Severino Cândido de Amorim, porém considerando *tão somente o valor dos bens objeto da transmissão em foco*, independentemente, portanto, do *grau de parentesco* dos sucessores para com o sucedido.



107  
E

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Agravo de Instrumento nº 0072535-5, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em dar-lhe provimento parcial, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de maio de 2014.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



102

**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0072353-5  
AGRAVANTE: Estado de Pernambuco (Fazenda Estadual)  
AGRAVADO: Espólio de Severino Cândido de Amorim  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

**RELATÓRIO**

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo **Estado de Pernambuco (Fazenda Estadual)** em face de decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Limoeiro que, nos autos da Ação de Inventário nº 8392/97, homologou os cálculos de fls. 51/52 (fls. 07/08 destes autos), relativos aos bens deixados pelo falecimento de Severino Cândido de Amorim, restando estabelecida em **4%** (quatro por cento) a alíquota do ICD, sem a progressividade preconizada pela Lei Estadual nº 11.413/96, vigente à época do óbito.

Dito agravo de instrumento foi apreciado pela antiga 8ª Câmara Cível – atual 2ª Câmara de Direito Público -, sendo decidido nos termos do acórdão às fls. 53/54.

Em face do referido acórdão, o Estado de Pernambuco interpôs **Recurso Extraordinário** (fls. 67/84) contra o referido acórdão – sendo certo que, àquela época, a questão em tela era objeto de discussão em sede de Recurso Extraordinário com repercussão geral reconhecida (RE 562.045/RS).

Sucedendo que o RE 562.045/RS veio a ser julgado pelo STF em 27/11/2013.

Em face desse cenário, a douta Vice-Presidência deste egrégio Tribunal proferiu a seguinte decisão (em 13/03/2014):

Ante o acima disposto, verifica-se que o entendimento externado pela 8ª Câmara de Direito Civil, à época, está em aparente desconformidade com a instância superior.

Por isso que, atento ao disposto no art. 543-B, § 3º do Código de Processo Civil, determino a remessa dos autos à 2ª Câmara de Direito Público, sucessora da 8ª Câmara Cível, a fim de que, eventualmente, o órgão possa exercer o juízo de retratação ou reafirmar o julgado.

Assim, os presentes autos foram devolvidos para a reapreciação da matéria, nos termos do art. 543-B, § 3º, do CPC.

É o que importa relatar.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 13 de maio de 2014.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

108  
e

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0072353-5  
AGRAVANTE: Estado de Pernambuco (Fazenda Estadual)  
AGRAVADO: Espólio de Severino Cândido de Amorim  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

**VOTO**

No tema, prossigo perfilhando o entendimento de que o ICD não comporta fixação de alíquotas progressivas, visto que os valores dos bens tributáveis (objeto de transmissão sucessória ou doação) não guardam *nenhum vínculo de personalidade* para com os respectivos adquirentes.

Não expressam, portanto, a meu sentir, a *capacidade contributiva do contribuinte* (conceito que tenho por correlato à *personalidade* de que trata o art. 145, § 1º, da Constituição).

Expressam, apenas, o *valor dos bens transmissíveis em si mesmos considerados*, sem qualquer nota de personalidade.

Ressalte-se (conquanto óbvio) que esses *bens transmissíveis*, justamente por constituírem *objeto de direitos*, não detêm, em si mesmos, nenhuma "*capacidade contributiva*".

Porém, *em reverência à função uniformizadora do direito*, cumpre-me aplicar o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal a respeito (em sede de Recurso Extraordinário submetido ao regime de *repercussão geral*):

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. LEI ESTADUAL: PROGRESSIVIDADE DE ALÍQUOTA DE IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS. CONSTITUCIONALIDADE. ART. 145, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. PRINCÍPIO DA IGUALDADE MATERIAL TRIBUTÁRIA. OBSERVÂNCIA DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PROVIDO. (RE 562045, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Relator(a) p/ Acórdão: Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 06/02/2013, DJe-233 DIVULG 26-11-2013 PUBLIC 27-11-2013 EMENT VOL-02712-01 PP-00001)

No aresto mencionado, restou admitida, em síntese, a *constitucionalidade* do regime de *alíquotas progressivas* para o ICD.

Todavia, penso que diretriz emanada do STF não acarreta a automática legitimação de *toda a legislação estadual* objeto da controvérsia.

Isso porque, no caso de Pernambuco, a norma em debate estabeleceu a progressividade com suporte fático *não apenas no valor dos bens transmissíveis*, mas também no *grau de parentesco* dos sucessores.



109  
B

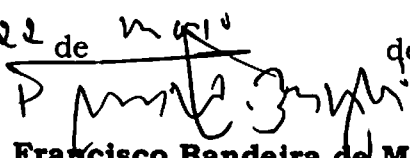
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Nessa segunda vertente, *mesmo à luz dos fundamentos adotados pela corrente majoritária no STF*, tenho por inadmissível a referida progressividade de alíquotas, posto que o grau de parentesco *nem atenua nem potencializa a capacidade contributiva* imputável ao sucessor adquirente.

Assim, no âmbito do Estado de Pernambuco, e no tocante aos fatos geradores ocorridos na vigência da Lei Estadual nº 11.413/96 (ou seja, até 31 de dezembro de 2000, por força da edição da Lei Estadual nº 11.920, de 29.12.2000, que instituiu a alíquota única de 5%), deve-se aplicar a alíquota progressiva considerando-se *tão somente o valor dos bens transmissíveis*, independentemente do *grau de parentesco* do sucessor para com o *de cujus*, da seguinte forma: (i) até 10.000 UFIRs, aplica-se a alíquota de 4%; (ii) de 10.001 a 50.000 UFIRs, aplica-se a alíquota de 6%; e (iii) de 50.001 UFIRs em diante, aplica-se a alíquota de 8%.

Por todo o exposto, em homenagem à função uniformizadora da jurisprudência, e exercendo o juízo de retratação de que trata o art. 543-B, § 3º, do CPC, **dou provimento parcial ao agravo de instrumento**, em ordem a determinar a aplicação da alíquota progressiva prevista na Lei Estadual nº 11.413/96, no tocante à sucessão de **Severino Cândido de Amorim**, porém considerando *tão somente o valor dos bens objeto da transmissão em foco*, independentemente, portanto, do *grau de parentesco* dos sucessores para com o sucedido.

Recife, 22 de maio de 2014.



**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator